

*Comentário e guia de estudo para Crescer Juntos na
Unidade e na Missão: uma Declaração de Acordo da Comissão
Internacional Anglicano-Católica Romana para Unidade e Missão
(IARCCUM)*

Parte 1: AS CONQUISTAS DO DIÁLOGO TEOLÓGICO ANGLICANO-CATÓLICO ROMANO

A- INTRODUÇÃO (parágrafos 1 a 10)

Diz-se freqüentemente que o movimento ecumênico está parado e não consegue progredir. Depois dos excitantes dias de 1960, quando antigos preconceitos pareciam morrer e os cristãos começaram a falar uns com os outros e a rezar juntos, tem sido difícil ver algum sinal concreto de progresso sendo feito. Como resultado, tem havido uma perda de interesse no ecumenismo. Em muitos casos a atenção mudou de foco: da tentativa de encontrar planos para a união orgânica em nível institucional passou-se à busca de iniciativas locais para unir os cristãos em oração, testemunho e serviço no nível paroquial. Na Igreja da Inglaterra, a multiplicação de projetos ecumênicos locais pode ser vista como um sinal disso. Mas, embora se tenha tornado comum falar de um “inverno ecumênico”, freqüentemente esquecemos quanto progresso tem sido feito nos últimos quarenta anos e não levamos em conta o modo como um crescimento na união das Igrejas tem favorecido e encorajado iniciativas locais. No fim de sua vida, Oliver Tomkins, que foi bispo de Bristol, escreveu: “toda essa conversa sobre o “inverno do ecumenismo” me faz olhar de novo para os flocos de neve no meu jardim. Talvez a escala de tempo de Deus seja mais ampla do que reconhecemos”.

Uma Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC) foi criada em 1966 e produziu relatórios sobre Eucaristia, o ministério e a autoridade, declarando ter chegado a “acordo substancial” nos dois primeiros desses relatórios. Uma segunda comissão foi organizada em 1983 e examinou outros temas, como salvação e justificação, a natureza da Igreja como comunhão, moral, autoridade na Igreja e Maria. O conjunto desses documentos fornece uma rica teologia ecumênica, para anglicanos e católicos romanos, bem como outros cristãos, considerarem e avaliarem. É necessário haver um período, que chamamos de “recepção”, no qual cristãos comuns, bem como lideranças religiosas e teólogos se perguntam se podem reconhecer os documentos da ARCIC como expressões do evangelho e aprender deles.

Mas o diálogo ecumênico, entre anglicanos e católicos romanos, durante esses quarenta anos, não esteve restrito a debates entre teólogos. Comissões conjuntas e consultas foram estabelecidas em outras partes do mundo. O processo conjunto de consulta nos EUA foi criado em 1965 e tem produzido um bom número de declarações, muitas das quais foram publicadas. Em Papua, Nova Guiné, a Igreja Católica Romana e a Igreja Anglicana entraram num processo de acordo e aliança e os bispos das duas Igrejas têm feito declarações públicas, mais recentemente se pronunciaram sobre a vida da família. Tem havido um crescente reconhecimento, em ambas as Igrejas, de que a busca da unidade e a missão caminham juntas, de que nos aproximamos uns dos outros pela cooperação e a partilha num testemunho comum. Embora permaneça como objetivo – segundo o que declararam o papa João Paulo II e o arcebispo George Carey em 1966 – “a restauração da unidade visível e da plena comunhão eclesial”, há também o reconhecimento de que

iremos superar as barreiras que nos separam através da oração e do trabalho em conjunto, bem como da reflexão teológica.

Crescer Juntos na Unidade e na Missão (daqui para a frente chamado de *Crescer Juntos*) descreve um encontro de bispos anglicanos e católicos romanos que aconteceu em Mississauga, Canadá, em 2001, para avaliar o progresso já feito entre as duas Igrejas e propor um caminho de avanço. Nesse encontro, ao orar juntos e rever o relacionamento entre as duas Igrejas, os bispos decidiram que já havia progresso suficiente para que se pudesse falar de “um impressionante grau de acordo na fé” que fornecia a base para uma ação conjunta, na justiça social e no cuidado pastoral, e para a partilha de uma missão comum em nosso mundo fragmentado”. É importante notar que os bispos não acharam que os temas teológicos careciam de importância mas tomaram a decisão de reconhecer que já haviam alcançado acordo suficiente para permitir que falassem de anglicanos e católicos romanos partilhando “uma rica, vitalizante e multifacetada comunhão”. A Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana para a Unidade e Missão (IARCCUM) foi estabelecida para implementar o plano de missão discutido em Mississauga.

Como está claro no texto *Crescer Juntos*, a compreensão alcançada em Mississauga foi perturbada por eventos que levaram a Comunhão Anglicana a se ver mergulhada em debates sobre sexualidade e ordenação de mulheres ao episcopado. Reconhecendo que essa não era a hora para entrar num novo estágio de relacionamento, o relatório tenta ver o que anglicanos e católicos romanos ainda podem fazer juntos para levar adiante a missão que nos foi dada por Cristo.

Crescer juntos equilibra o realismo diante do presente contexto com uma determinação de preservar o entusiasmo demonstrado em Mississauga pela partilha do testemunho e da missão. Também busca fazer justiça tanto à importância de atingir acordo teológico como ao valor de avançar juntos em passos concretos. Contemplando quatro décadas de diálogo teológico, sugere que, embora muitos progressos tenham sido feitos, existem ainda muitos temas a serem enfrentados. O texto nos lembra que estamos comprometidos com a unidade em diferentes estágios e indaga se esta seria a hora de buscar caminhos pelos quais possamos expressar melhor nossa fé comum. Essa é uma questão que o relatório vai abordar em sua próxima seção. Na segunda parte ele continuará a examinar caminhos pelos quais anglicanos e católicos romanos possam dar passos práticos para aprofundar seu companheirismo e missão.

Questões a considerar

Você acha que estamos vivendo um tempo de “inverno ecumênico” ou vê sinais de primavera?

Que importância você acha que tem a resolução dos desacordos teológicos entre as Igrejas? Você acha que uma vida e missão em comum ajudam a chegar a uma compreensão no nível teológico ou acredita que é impossível trabalhar junto com pessoas das quais você discorda?

Na discussão sobre uniões sexuais do mesmo sexo, anglicanos têm procurado ajuda positiva de outros cristãos, incluindo católicos romanos. Você acha que estivemos certos ao fazer isso ou deveríamos resolver nossos desacordos entre nós?

Crescer Juntos foi preparado por bispos e é endereçado primeiramente a bispos, embora expresse a esperança de que os bispos irão envolver o clero e o laicato nos desafios apresentados no texto. Que responsabilidade você acha que o clero e o laicato têm no avanço da compreensão ecumênica? A função dos bispos é liderar ou eles deveriam também ouvir?

B – A FÉ QUE TEMOS EM COMUM

1 Crença na Trindade e Igreja como Comunhão na Missão (parágrafos 11 a 25)

Na segunda seção da Parte Um, *Crescer Juntos* utiliza documentos anteriores da ARCIC para resumir uma compreensão comum da fé atingida por anglicanos e católicos romanos, embora apontando as diferenças que permanecem. Essa segunda seção está dividida em várias sub-seções. As duas primeiras se referem à crença na Trindade e à Igreja como “Comunhão na Missão”. Nelas se reconhece que ambas as Igrejas já partilham bastante, incluindo o Credo Apostólico e o Credo Niceno-Constantinopolitano, as Escrituras e o sacramento do Batismo. Ambas as Igrejas também reconhecem a importância de um ministério ordenado da supervisão (*episcopo*) para a preservação da unidade da Igreja e da primazia como laço visível e foco para essa unidade. Os católicos romanos, no entanto, sustentam que a Igreja “subsiste na Igreja Católica, que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele”. Tem havido muito debate entre os teólogos católicos romanos sobre o que o Vaticano II quis dizer quando usou o termo “subsiste”. *Crescer Juntos* parece aceitar a interpretação de que o Vaticano II quis afirmar que a Igreja está plenamente presente na Igreja Católica Romana mas que “muitos elementos de santidade e verdade são encontrados fora de suas fronteiras visíveis”.

O parágrafo 15 é muito importante. Baseando-se no documento da ARCIC *A Igreja como Comunhão*, o relatório acentua o significado que o Novo Testamento dá ao conceito de *koinonia* ou comunhão. Como cristãos, somos chamados a ser discípulos de Jesus em comunhão com outros. Na Igreja temos união com Deus através de Cristo no poder do Espírito e união com os fiéis, nossos companheiros. A comunhão da Igreja não é uma coisa escondida ou secreta mas algo que tem expressão visível. Cristãos batizados são unidos pela pregação apostólica em igrejas locais ou dioceses para confessar a única fé e celebrar a Eucaristia sob a liderança do ministério apostólico. Essas igrejas locais estão unidas pela fé, pelos sacramentos e por um comum ministério com outras igrejas espalhadas pelo mundo. Há lugar para diversidade mas a unidade também é mantida.

Essa compreensão da fé cristã contradiz as visões de muitos no Ocidente, que pertencem ao que tem sido chamado “uma geração que está em busca”. Pessoas que pensam dessa maneira frequentemente vêem a espiritualidade como uma procura privada por transformação. Em outras partes do mundo pode haver alguma preocupação a respeito do conceito de comunhão usado no relatório, julgando-o muito restrito e falho no reconhecimento da comunhão entre os vivos e os mortos, que está certamente implícita na linguagem sobre “comunhão dos santos”. Num mundo em que as forças da globalização estão aproximando os povos, mas também tornando-os ansiosos pela preservação da própria identidade, a Igreja é chamada a oferecer um modelo de unidade na diversidade, de uma comunhão em que a confissão de uma fé comum não exclui expressões de fé e culto que são apropriadas à cultura local. Surpreendentemente, esse tópico recebe pouca atenção.

Questões a considerar

De acordo com o relatório, anglicanos estão dando atenção renovada à natureza e ao papel de suas estruturas internacionais. Você está preocupado com a possibilidade de que isso dê muito poder aos Instrumentos de Comunhão (como o arcebispo de Canterbury, os Primazes, a Conferência de Lambeth e o Conselho Consultivo Anglicano) ou você acha que precisamos aprender a tomar decisões juntos sobre tópicos importantes?

Podemos aprender algo da maneira como o ministério petrino presta serviço à Igreja universal na Igreja Católica Romana ou achamos que ali há controle demais a partir do centro?

Como você expressaria o valor da Igreja como comunhão a alguém que acha que pode ser um seguidor de Jesus sem estar ligado a nenhuma instituição?

2 Escritura e Tradição (parágrafos 26 a 32)

Ainda se fazem tentativas de colocar a Escritura contra a tradição, mas está errado pensar num choque entre elas. Tanto anglicanos como católicos romanos crêem que Deus nos falou em Cristo, a Palavra feita carne. Cristo se torna presente pelo Espírito em todas as épocas para convidar todos os seres humanos a uma vida de comunhão com Deus. O Espírito age para conservar a memória da fé atuante e viva. À medida que a Igreja passa por diferentes períodos da história e entra em contato com novas culturas, novos aspectos da verdade revelada em Jesus são desvendados e assim a tradição pode ser vista como o fruto do Espírito que vive na Igreja. O cânon da Escritura, porém, existe como padrão e norma para testar a memória da Igreja e conservá-la fiel ao testemunho apostólico. A pregação e o ensino sempre necessitam ser testados pela Escritura. Declarações com força de autoridade, provenientes de concílios gerais, nos ajudam a interpretar a Escritura e nos fornecem doutrinas a serem acatadas sobre a fé cristã. Os anglicanos reconhecem os primeiros quatro concílios, mas discordam da Igreja Católica no que diz respeito ao status dos concílios subsequentes.

Questões a considerar

O relatório fala da Palavra revelada sendo recebida e comunicada “através de toda a comunidade cristã”. Como você acha que isso acontece?

“Tradição é a fé viva dos mortos; tradicionalismo é a fé morta dos vivos” (Jaroslav Pelikan). Como você distinguiria “tradição” de “tradicionalismo”?

Como a vida na Igreja ajuda você a interpretar as Escrituras?

Você pode pensar em modos pelos quais novos aspectos do evangelho tenham sido desvelados à medida que a Igreja entrou em contato com outras culturas?

3. Batismo e Eucaristia (parágrafos 33 a 49)

Crescer Juntos registra uma compreensão comum do Batismo como um sacramento de iniciação pelo qual somos incorporados à Igreja e iniciamos um processo de santificação no poder do Espírito Santo, que dura a vida inteira. Para ambas as Igrejas, o

Batismo é irrepitível. Cada Igreja reconhece os batismos administrados pela outra Igreja e o relatório se refere ao Batismo como “um laço de unidade entre nós”. Ele também fala de um crescimento conjunto na compreensão da Confirmação como um “empoderamento pelo Espírito Santo para o testemunho e a missão” mas deixa de mencionar que as confirmações anglicanas não são reconhecidas como válidas pelos católicos romanos. Mesmo assim, *Crescer Juntos* é direto em sua declaração de que “nossa fundamental comunhão batismal nos dá uma responsabilidade partilhada de testemunhar tão plenamente quanto possível diante do mundo e de ser sinal da nova vida vivida pelo corpo de Cristo”.

A ARCIC I afirmou que havia atingido “acordo substancial” em sua discussão da Eucaristia e havia encontrado meios de expressar a doutrina do sacrifício eucarístico e da presença de Cristo no sacramento de maneira aceitável para ambas as Igrejas. *Crescer Juntos* revê as anteriores declarações da ARCIC e concorda que, embora haja um único sacrifício de Cristo no Calvário, esse sacrifício se torna sacramentalmente presente aqui e agora por um processo de “fazer memória” que é bem mais rico do que simplesmente pensar em alguma coisa que aconteceu há muito tempo atrás. Ele envolve trazer, para o presente, eventos passados. Cristo está sacramentalmente presente na Eucaristia para transmitir as realidades da nova criação: “o pão desta vida se torna o pão da vida eterna”. Ao mesmo tempo, a presença de Cristo não pode ficar restrita aos elementos: ele está também presente no meio da congregação que participa do culto e quando a Palavra é proclamada. A Eucaristia é a “refeição do Reino”, uma antecipação da nova criação prometida na Ressurreição.

Embora haja bastante concordância na compreensão da Eucaristia, não pode acontecer um movimento na direção da plena comunhão porque a Igreja Católica Romana não concede oficialmente pleno reconhecimento das ordens anglicanas e porque ela ensina que aqueles que não estão em plena comunhão com ela só podem receber a Santa Comunhão em situações excepcionais de necessidade espiritual. Os anglicanos admitem, à Santa Comunhão, crentes batizados que sejam membros comungantes de outras comunidades cristãs. A omissão do termo “Igrejas cristãs” aqui provavelmente reflete a recusa dos católicos romanos em relação à aplicação desse termo a outros corpos eclesiais. Essa é uma questão que o relatório deveria ter abordado de forma direta.

Questões a considerar

Você acha que a compreensão do sacrifício eucarístico e da presença de Cristo na Eucaristia delineada nesse relatório e nos documentos da ARCIC é familiar aos leigos e é usada no ensino anglicano sobre os sacramentos?

Como podemos buscar um destaque para nossa compreensão comum do Batismo e das obrigações que a ele se seguem?

Você concorda com a visão católica romana de que a partilha da Eucaristia antes de ser atingida a plena comunhão deixaria as pessoas menos empenhadas na busca do progresso da união ou você acha que a partilha da Eucaristia levaria a um real crescimento no companheirismo que naturalmente nos conduziria à união?

Crescer Juntos resume a compreensão de ministério apresentada em documentos anteriores da ARCIC e nas elucidações oficiais produzidas sobre eles. Afirma que o Espírito Santo concede dons ou carismas a todos os membros da Igreja para serem usados tanto no serviço à comunidade cristã como ao mundo, mas destaca a situação distinta do ministério ordenado. O documento diz que a palavra “sacerdócio” é usada por analogia quando aplicada ao ministério sacerdotal comum de todo o povo de Deus e ao ministério ordenado. De certa forma, o Vaticano II colocou isso de maneira mais positiva na *Lumen Gentium* quando declarou que, embora o sacerdócio ordenado e o sacerdócio comum dos leigos sejam distintos, eles são, no entanto, dirigidos um ao outro e cada um toma parte, a seu modo, no sacerdócio de Cristo (ver *Lumen Gentium* 10). Embora *Crescer Juntos* apresente o ministério apostólico enraizado no chamado de Cristo e ensine que ele é um sinal de continuidade na Igreja, reconhece que não há evidência de que a forma atual de ministério existia nos tempos do Novo Testamento e, em vez disso, diz que uma “providencial forma tripla de ordenação dos ministérios de bispos, presbíteros (padres) e diáconos surgiu a partir dos padrões de ministério do Novo Testamento, sob a orientação do Espírito Santo” (parágrafo 52).

Descrevendo o ministério dos bispos, o relatório acentua sua importância como sinais de unidade e continuidade na Igreja e sua responsabilidade de ensinar a fé apostólica. O destaque para o ministério de ensino do bispo deve ser bem recebido, mas talvez se pudesse dizer mais sobre a necessidade de garantir que a fé apostólica seja preservada e ensinada em linguagem significativa para a geração presente e para as diversas culturas do mundo. Os que fazem comentários sobre as idéias anglicanas atuais a respeito da função episcopal freqüentemente lamentam que bispos demais parecem ter uma compreensão burocrática de seu ofício, vendo seu trabalho como um meio de manter o espetáculo funcionando, em vez de promover um pensamento cristão comum alimentado por oração, culto, Escritura e tradições (para ter um exemplo desse tipo de crítica veja o que dizem Ephraim Radner e Philip Turner em *O destino da comunhão*). *Crescer Juntos* oferece um antídoto para isso.

O ensinamento oficial católico romano sobre as ordens anglicanas foi expresso por Leão XIII e as considera inválidas. O relatório corretamente afirma que isso é um obstáculo a relações de proximidade entre as duas Igrejas mas prossegue argumentando que qualquer futura avaliação dessa questão teria que levar em conta a compreensão comum do ministério apresentada nos documentos da ARCIC. Ele não menciona a presença de bispos Vétero-Católicos em ordenações episcopais em partes da Comunhão Anglicana. A ordenação de mulheres, tanto ao presbiterato como ao episcopado, em várias províncias anglicanas criou uma nova dificuldade ecumênica. A discussão desse tema, com os católicos romanos, provavelmente se tornou mais difícil por ter o papa João Paulo II determinado que esse não é um assunto sujeito a debate na Igreja Católica Romana. O relatório da Comissão de Eames deixou claro que os anglicanos não se consideram habilitados a fazer uma decisão final sozinhos sobre a ordenação das mulheres. Quando deram esse passo, fizeram isso sabendo que a questão continua em aberto e permanecerá assim até que seu desenvolvimento tenha sido acolhido mais amplamente pela Igreja.

Questões a considerar

Você acha que *Crescer Juntos* dedica atenção suficiente ao ministério do laicato? Sua igreja está fazendo o suficiente para oferecer formação ao laicato?

Como você acha que os bispos deveriam exercer seu ministério de ensino na Igreja? Em que o ministério de ensino deles difere do serviço prestado pelos teólogos?

Até que ponto a recusa de Roma ao reconhecimento da validade das ordens anglicanas é um sério obstáculo a laços ecumênicos mais capazes de nos unir? Você vê um caminho para avanço nessa área?

Você concorda com a compreensão de ministério ordenado apresentada nesse relatório? Você acha que tal compreensão exclui a possibilidade de um leigo presidir a Eucaristia?

5 Autoridade na Igreja (seções 62-76)

Um novo e interessante argumento usado nessa seção é que a “autoridade tem uma dimensão missionária”. Quando adequadamente exercida, ela garante que o Evangelho seja proclamado “com poder e no Espírito Santo com plena convicção”. Todos os cristãos concordam que sua autoridade primordial é Jesus Cristo. Levantam-se discussões sobre se Cristo continua a exercer sua autoridade na Igreja para possibilitar que seus seguidores compreendam a mensagem do evangelho e para que respondam aos projetos de Deus e, se assim for, como essa autoridade é exercida. Os cristãos que argumentam que as Escrituras são claras e podem ser compreendidas por todos os crentes, com a ajuda do Espírito Santo não vêem a necessidade de nenhum intérprete ou guia provido de autoridade. Vários anglicanos aceitam essa posição. Muitos cristãos, porém, defendem que o significado da Escritura nem sempre é claro e direto e que o Evangelho precisa constantemente ser expresso de modo novo à medida que entra em contato com um mundo que tem novos modos de ver. Se estamos falando de um Deus que se revela a nós continuamente, deve haver um mecanismo reconhecido para permitir que isso aconteça.

No decorrer da história da Igreja, duas formas de autoridade foram particularmente acolhidas pelos cristãos: concílios da Igreja universal e o papado. Embora seja tentador sugerir que os anglicanos em geral preferiram a primeira forma, reconhecendo especial autoridade aos quatro primeiros concílios da Igreja, e os católicos romanos deram mais valor à segunda, a questão não é assim tão clara. Como fica claro que o reconhecimento das decisões conciliares tem que ser recebido pela Igreja mais ampla, mesmo os concílios não se propõem a decidir os assuntos por si mesmos, mas se perguntam o que o Espírito Santo está dizendo aos fiéis cristãos. Em outras palavras: eles têm a função de determinar a opinião do *sensus fidelium*, a fé e o pensamento comum do povo de Deus. Em anos recentes, teólogos católicos romanos levantaram a mesma questão a respeito do papado. Quando fala com autoridade- argumentam eles – supõe-se que o papa articule o que o Espírito Santo está dizendo aos fiéis. Antes da proclamação da doutrina sobre a Assunção, em 1950, Pio XII consultou os bispos da Igreja Católica Romana. Foi divulgado que 98 por cento dos bispos católicos acreditavam que tal doutrina era possível e oportuna.

Crescer Juntos é bem claro quando diz que “cada geração tem que traduzir profeticamente o Evangelho”. O que ele não deixa explicitamente claro é como a Igreja, no seu todo, cresce na sua compreensão do Evangelho à medida que esse processo se desenvolve em diferentes partes do mundo. Teologia negra, teologia dos povos do Pacífico, teologia africana, teologia da libertação, teologia melanésia e muitas outras formas de teologia têm produzido interpretações que aprofundaram a compreensão da Igreja universal. O pluralismo pode enriquecer o corpo todo. Ao mesmo tempo, há necessidade de cuidadoso discernimento para garantir que o Evangelho não seja mal

interpretado ou distorcido. A teologia da “Igreja alemã” na década de 1930 ou o apoio dado ao apartheid por igrejas na África do Sul são exemplos de teologias locais que de fato distorceram o Evangelho. As igrejas locais não podem sempre providenciar elas mesmas a supervisão. Elas precisam consultar-se com companheiros de fé que estão fora de seu contexto e que possam ajudar no processo de discernimento. É por isso que precisamos de primazes, sínodos e concílios.

Embora anglicanos e católicos romanos assumam uma abordagem semelhante, há consideráveis diferenças quanto à ênfase dada a cada aspecto. Os anglicanos estão mais dispostos do que os católicos romanos a permitir que decisões sejam tomadas em nível local e há uma considerável relutância em interferir na autonomia das províncias. A autonomia das províncias foi sustentada pela Conferência de Lambeth no caso de decisões sobre a ordenação de mulheres ao episcopado, mas geralmente se argumenta que isso não se aplicaria às decisões sobre sexualidade. Muitos católicos romanos sentem que sua Igreja é demasiadamente centralizada e não consulta as igrejas locais.

Como o relatório indica, há algumas divisões entre os anglicanos sobre o papel do papado. Muitos anglicanos vêem a necessidade de um ministério universal de supervisão na Igreja e não acham que seja certo inventar um novo ministério desse tipo quando existe o papado. Outros anglicanos não querem um papado que funcione do jeito como o atual funciona. Outros permanecem comprometidos com a autonomia das províncias e com o que tem sido chamado de “unilateralismo eclesial”. A infalibilidade e a jurisdição universal do bispo de Roma são tópicos de discussão para os anglicanos. É verdade que tem havido poucos pronunciamentos papais infalíveis, mas, como observou Hans Kung, existe algo como que uma “infalibilidade insinuante”, de tal forma que os pronunciamentos papais são tratados na prática como se fossem infalíveis. *Crescer Juntos* declara que, embora os anglicanos rejeitem a infalibilidade, eles de fato crêem na “indefectibilidade da Igreja”, que a conserva fiel ao Evangelho e às Escrituras sem ter algum organismo capaz de fazer declarações infalíveis. O relatório não dirige sua atenção para a objeção de que o conceito de infalibilidade não teria grande valor se a Igreja não puder fazer declarações definitivas sobre a fé que professa. Outro tema que não é abordado pelo relatório é o desenvolvimento de procedimentos de consulta numa Igreja dividida. Se um terceiro Concílio Vaticano fosse convocado, que papel as “comunidades eclesiais” não católicas romanas seriam chamadas a desempenhar?

Questões a considerar

“O dogma da infalibilidade da Bíblia não é mais auto evidente do que a infalibilidade dos papas” (Thomas Henry Huxley). Como você compreende a autoridade das Escrituras? Você acha que o significado das Escrituras é claro e não necessita de interpretação com autoridade?

Você está contente com a idéia de “autonomia das províncias” na Comunhão Anglicana ou gostaria de ver mais processos de consulta dentro da Comunhão?

Você consegue ver um papel positivo para o papado na Igreja mais ampla? Poderiam os anglicanos aceitar um papado reformado?

Como você percebe a expressão do *sensus fidelium* na sua igreja?

6 Discipulado e Santidade (seções 77 a 87)

Ao tratar de ética e discipulado cristão, *Crescer Juntos* percebe muito em comum entre anglicanos e católicos romanos na sua crença na dignidade e nos direitos da pessoa humana, em sua afirmação de que seres humanos são feitos para a vida em comunidade, em seu destaque para a autoridade da Escritura e uso da lei natural na argumentação sobre a moral, em sua convicção de que o casamento é compromisso exclusivo para a vida inteira entre um homem e uma mulher. Mas também aponta diferenças no ensino sobre tópicos como o momento preciso em que começa a vida no útero, a possibilidade de divórcio e novo casamento, a contracepção. Considerando o fato de que ambas as Igrejas usam a Escritura e a lei natural na sua argumentação sobre moral, é interessante questionar por que ocorre tal diferença. Seria porque entre os anglicanos os leigos costumam ser envolvidos na formulação de documentos e políticas de ação nos sínodos? Pesquisas de opinião, em países do Ocidente, mostram que grande número de leigos na Igreja Católica Romana discordam da posição de sua Igreja com respeito à contracepção e até ao aborto.

Crescer Juntos indica uma larga medida de acordo entre anglicanos e católicos romanos a respeito de doutrina social. A publicação do *Compêndio de Doutrina Social Católica* tornou público um importante resumo do ensinamento social católico romano. O uso do termo “doutrina social” sugere que tal ensinamento é apresentado com autoridade para ser levado a sério pelos membros da Igreja.

Recentemente tem havido debate na Igreja Católica nos EUA sobre um assunto que não é mencionado em *Crescer Juntos*: o grau em que católicos romanos eleitos para cargos representativos são obrigados a seguir o ensinamento de sua Igreja quando chamados a votar sobre assuntos como aborto e parcerias civis. Dependendo da decisão de bispos locais, alguns políticos enfrentaram excomunhão. Os anglicanos estão propensos a achar que tal prática viola a consciência de quem foi eleito representante do povo e que apresenta o risco de que a Igreja seja vista como organização que tenta forçá-los a fazer o que ela quer. A maioria dos cristãos concorda que a fé deve influenciar decisões políticas e que a religião não pode ser banida do espaço público, mas é preciso pensar mais sobre como os cristãos permitiriam que suas crenças influenciassem sua visão de questões políticas e sociais. Bispos católicos têm apelado à lei natural como algo obrigatório a todas as pessoas para justificar intervenções políticas destinadas a barrar a pesquisa de células tronco ou o reconhecimento de uniões de pessoas do mesmo sexo. Contra essa postura, tem sido levantado o argumento de que as pessoas podem discordar a respeito do que a lei natural de fato exige.

A declaração meio solta no parágrafo 84, dizendo que “a guerra, como meio de resolver disputas internacionais, é incompatível com o ensinamento de nosso Senhor Jesus Cristo” poderia dar a impressão de que os cristãos estão comprometidos com o pacifismo. Muitos cristãos acreditam que, num mundo decaído, guerras são, às vezes, inevitáveis seja como auto-defesa seja para preservar a justiça.

Questões a considerar

Você acha possível falar de uma “lei natural” quando as pessoas que aceitam esse conceito chegam a diferentes conclusões sobre temas como controle da natalidade?

Você acha que existe concordância suficiente entre anglicanos e católicos romanos para que eles cheguem a um posicionamento comum sobre temas morais e sociais?

Você está familiarizado com o ensinamento social da Igreja Católica Romana, expresso em documentos como *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Pacem in Terris* (1963), *Laborem Exercens* (1981) e *Centesimus Annus* (1991)?

Você está vendo as Igrejas Anglicana e Católica Romana oferecendo testemunho profético em sua sociedade? Quão frequentemente elas conseguem fazer isso juntas?

7. A bendita Virgem Maria (parágrafos 88 a 92)

As atitudes dos anglicanos em relação a Maria variam bastante. Como o relatório claramente declara “anglicanos e católicos concordam que só pode haver um mediador entre Deus e a humanidade, Jesus Cristo, e rejeitam qualquer interpretação do papel de Maria que obscureça essa afirmação” (parágrafo 89). Ele resume uma compreensão de doutrinas controversas sobre a Imaculada Conceição e a Assunção que aparece no documento da ARCIC *Maria: Graça e Esperança em Cristo*. Muitos anglicanos ficarão decepcionados com o que é dito sobre a prática de solicitar intercessão a Maria e aos santos. Embora se reconheça que alguns anglicanos fazem isso, e se diga que isso não é um fator de divisão na comunhão, nenhuma explicação positiva de tal prática é apresentada. Os anglicanos que pedem a intercessão de Maria e dos santos fazem isso porque acreditam que a Igreja é uma comunhão que engloba os vivos e os mortos. Deus quer que oremos uns pelos outros e peçamos a outros que orem por nós porque esse é um modo de nos unir no amor. Isso é parte do mistério da prece de intercessão. Não pedimos as preces de Maria e dos santos porque tememos ir diretamente a Deus, da mesma forma que não é por isso que pedimos aos amigos que orem por nós. Pedimos a eles que orem porque isso nos une em companheirismo e comunhão. Deus quer nos ajudar através das petições de outras pessoas. Maria e os santos são exemplos, modelos de vida, fontes de inspiração e encorajamento. São também amigos que se colocam ao nosso lado, companheiros discípulos que nos sustentam em nossa peregrinação. Nenhum cristão está obrigado a solicitar as preces de Maria e dos santos mas esse costume é um poderoso meio de lembrar a natureza da Igreja como comunhão.

Questões a considerar

O relatório diz que a devoção a Maria e a invocação dos santos é “pouco familiar” ou “estranha” para muitos anglicanos. Você acha que temos algo a aprender de tal devoção?

Você poderia pensar em atos conjuntos de devoção a Maria e aos santos entre a sua congregação e uma congregação católica vizinha?

Você acha que *Crescer Juntos* faz justiça à idéia de Maria como discípula? O que nos diz o Novo Testamento sobre isso?

Parte 2: CAMINHO PARA A UNIDADE A MISSÃO COMUM

Depois de descrever resumidamente a fé que anglicanos e católicos romanos têm em comum e tratando com honestidade as diferenças que permanecem, os bispos da

IARCCUM continuam indagando como sua fé comum pode ser demonstrada através da ação. As sugestões se organizaram em quatro blocos.

1. Expressões visíveis da nossa fé comum (parágrafos 100 a 103)

Todas essas sugestões são extremamente valiosas. Há muito mérito na sugestão de programas conjuntos para a preparação do Batismo e de produção partilhada de material catequético. Não se menciona o RICA (Rito de Iniciação Cristã para Adultos), que é mais comum nas igrejas católicas romanas do que nas anglicanas, embora algumas paróquias anglicanas tenham adotado esse tipo de programa. Essa é uma área na qual os anglicanos podem ter proveito em aprender dos católicos romanos. A questão das conversões de uma Igreja para outra não é abordada mas há meios de se ver isso numa luz positiva. Muito freqüentemente os convertidos dirão que a vida na Igreja que estão deixando os preparou para dar esse novo passo. É importante que as conversões não sejam sentidas como “traições” e nem causem amargura.

O relatório está correto ao recomendar variadas formas de “ecumenismo espiritual” como por exemplo: celebrações conjuntas de oração diária, presença não comungante na Eucaristia uns dos outros, bem como oração pública em ambas as Igrejas em favor de bispos anglicanos e católicos e outras lideranças eclesiais, incluindo o papa. Retiros em conjunto podem ser incentivados. Como tem crescido na Igreja Anglicana a prática de ter dioceses irmãs em diferentes partes do mundo, seria bom se, em nível local, dioceses anglicanas e católicas romanas desenvolvessem essa relação de igrejas irmãs, talvez concretizada em alguma forma de aliança.

2. Estudo conjunto da nossa fé (parágrafos 104 a 107)

O relatório faz sugestões a respeito de estudo conjunto, incluindo estudos bíblicos, oficinas em conjunto para pregadores e estudo dos documentos da ARCIC. O crescente uso de períodos sabáticos por clérigos em partes da Comunhão Anglicana abre a possibilidade de uso desse tempo para estudo ecumênico e estadia em um monastério ou seminário católico romano. Já há muitas partes do mundo em que seminários e institutos de teologia anglicanos trabalham bem ligados com seminários católicos romanos, porém se poderia fazer mais para promover cooperação entre programas de formação locais e diocesanos. Cursos em conjunto poderiam ser planejados para a Quaresma. Os anglicanos não deveriam ter receio de reconhecer aquelas áreas em que teriam algo a aprender dos católicos romanos. Em muitas partes do mundo, a Igreja Católica Romana tem estado na linha de frente na promoção da inculturação, particularmente na liturgia. Os anglicanos às vezes ficaram para trás nessa área, embora freqüentemente tenham mais liberdade para implementar mudança do que os católicos romanos. Discussões conjuntas sobre inculturação e teologias locais podem ser frutuosas.

3. Cooperação no Ministério (parágrafos 108 a 117)

Deve ser dito que, no que diz respeito a propostas para cooperação no ministério, as propostas feitas nesse relatório não são de longo alcance e podem até estar aquém do que já está acontecendo. Entre as sugestões estão a inclusão de bispos anglicanos em visitas *ad limina* a Roma, cooperação na formação, fortalecimento de laços entre ordens religiosas, partilha de talentos entre ministros leigos e mais consulta sobre decisões pastorais. Em muitas capelanias hospitalares na Inglaterra, anglicanos e católicos romanos já trabalham

juntos, em equipe. Poderia esse modelo de trabalho pastoral conjunto, que respeita as normas para a partilha eucarística, ter uma aplicação mais ampla?

4. Testemunho Partilhado no Mundo (parágrafos 118 a 125)

O relatório faz a importante sugestão de que, onde anglicanos e católicos romanos tenham sido culpados de contribuir para o desenvolvimento de conflitos comunitários, deveria haver demonstrações de arrependimento e de disposição para o trabalho conjunto. Embora as causas profundas do, assim chamado “conflito religioso”, sejam frequentemente étnicas, culturais ou econômicas, as Igrejas estão erradas quando permitem que a filiação religiosa seja usada como rótulo de identidade tribal num conflito e todos os líderes religiosos precisam estar conscientes do perigo de tal coisa acontecer. Há um risco considerável de algo assim acontecer, nos dias de hoje, entre cristãos e os seguidores de outros tipos de fé. A ação conjunta de anglicanos e católicos romanos para promover diálogo inter-religioso não é mencionada nesse relatório, mas poderia ser um produtivo campo de atividade. Teólogos anglicanos e católicos romanos não estão divididos por fidelidade denominacional nessa questão. Há um padrão similar de opinião em ambas as Igrejas e seria possível para os líderes das duas Igrejas a formulação de uma abordagem comum. Em todas as áreas de testemunho comum no mundo, deveriam ser feitas tentativas para envolver outras Igrejas e denominações sempre que possível.

Na Europa, o fim da Cristandade e a crescente percepção de que os valores cristãos não vão moldar as políticas públicas, a não ser que os cristãos se pronunciem a respeito, tem possibilidade de promover uma maior cooperação entre a Igreja Católica Romana e as outras. Acabaram-se os dias de domínio da Igreja e de acesso privilegiado aos corredores do poder. Mas é importante que o espaço não seja dado a extremistas e que as principais Igrejas contribuam para o debate público com sensibilidade e de modo responsável. Nos Estados Unidos há preocupação sobre a influência do Direito Religioso. Em certos temas, como aborto e bênção à união de pessoas do mesmo sexo, os bispos católicos romanos se apresentam como defensores desse tipo de Direito. Outros grupos cristãos podem precisar continuar insistindo com os bispos para que considerem uma agenda social e política mais ampla. Na África, bispos católicos romanos e anglicanos podem trabalhar juntos para estimular um bom governo. No entanto, pode haver necessidade de maior diálogo sobre a maneira adequada de dar testemunho cristão na política (veja comentário sobre a Parte Um, seção B 6). Os críticos dizem que é fácil para os líderes eclesiais fazer declarações ou dar material para a imprensa. Talvez se deva refletir mais sobre iniciativas conjuntas práticas para lidar com problemas como crime juvenil, tensão étnica, AIDS ou privação de direitos.

O relatório estimula participação conjunta na evangelização, cooperação no ministério a serviço da juventude e escolas partilhadas por católicos romanos e anglicanos. Também se refere à possibilidade de aprender de novos grupos ou movimentos. Alguns desses novos grupos que agem na Igreja Católica Romana, como *Opus Dei*, têm reputação de conservadores (embora não todos). Mas é importante que os institutos seculares e outros organismos tentem preparar os leigos para que o testemunho e o serviço no mundo sejam um caminho para o diálogo ecumênico com os anglicanos. Os anglicanos deveriam estar dispostos a aprender com eles. Alguns podem estar prontos para seguir o exemplo do Cursillo e abrir suas portas aos anglicanos. Nada é dito no relatório sobre a cooperação no uso da internet ou dos meios de comunicação de massa. Em partes da África há uma grande demanda por vídeos e cassetes religiosos e a expansão das redes de televisão abre oportunidades para as Igrejas. Em Papua, Nova Guiné, as Igrejas Anglicana e Católica

Romana têm desempenhado papel importante no estabelecimento da Associação Religiosa de Televisão para fazer programas para as televisões locais.

Questões a considerar

Qual o alcance que você percebe nas sugestões feitas nas quatro seções da Parte Dois? Onde você gostaria de ver um progresso maior?

Que orientações você consideraria apropriadas para uma escola partilhada por anglicanos e católicos romanos?

Até que ponto líderes anglicanos e católicos romanos têm sido capazes de oferecer um testemunho comum na sociedade em que você vive? Sobre que problemas você acharia importante que eles se pronunciassem?

Que problemas e oportunidades você consegue ver no desenvolvimento de um ministério pastoral conjunto?

C. Conclusão (parágrafos 126 a 135)

David Bosch, um conhecido teólogo presbiteriano da África do Sul, descreveu a missão como algo que se liga a “cruzar fronteiras”. “Ela descreve a tarefa completa que Deus determinou para a salvação do mundo”, escreveu ele. “É a tarefa da Igreja em movimento, a Igreja que vive para outros, a Igreja que não se preocupa somente consigo mesma, mas se volta do avesso na direção do mundo”. (David Bosch: Testemunho para o Mundo, Londres, 1980, página 17). Ele prosseguiu escrevendo:

A missão acontece onde a Igreja, em seu total envolvimento com o mundo e na plena extensão de sua mensagem, dá testemunho na forma de serva, com relação à descrença, à exploração, à discriminação e à violência, mas também no que diz respeito à salvação, à cura, à libertação, à reconciliação e ao correto procedimento. (ibid, página 18)

No Apêndice I temos referências às perspectivas anglicanas e católicas romanas sobre a missão. Ambas as Igrejas consideram a unidade importante para a missão. Não são importantes só a cooperação e o trabalho conjunto. A unidade da Igreja deveria, nas palavras da Conferência de Lambeth de 1998, ser sinal do tipo de vida que Deus deseja para toda a humanidade. Deveria ser “uma amostra do Reino de Deus”. Isso torna urgente a busca da unidade orgânica e da restauração da plena comunhão. Tal tarefa se desenvolverá de variadas maneiras, incluindo diálogo sobre os temas teológicos em que não há acordo. Mas os cristãos também podem se aproximar uns dos outros dando testemunho comum ao mundo e aprendendo a trabalhar juntos, em um bom número de áreas. O dilema com que IARCCUM se defronta é saber o quanto podemos avançar nessa direção sem perder a fidelidade a nossas crenças básicas. A recusa da Igreja Católica Romana em reconhecer as ordens anglicanas é, sem dúvida, uma grande barreira.

Talvez ambas as Igrejas precisem refletir sobre o fato de que, embora haja sérias divisões dentro de suas próprias fileiras, elas têm até agora conseguido, no entanto, permanecer unidas apesar de alguns cismas menores. Os anglicanos estão aprendendo a permanecer unidos, apesar das divisões a respeito da ordenação de mulheres e da

sexualidade, e grupos católicos romanos se dividem pelos mesmos problemas. Às vezes, se diz que as divisões principais não se situam entre as Igrejas, mas dentro das Igrejas. Os líderes das Igrejas, os ecumenistas e teólogos devem refletir mais seriamente sobre isso e indagar que lições podemos aprender daí.

A Assembléia de Camberra do Conselho Mundial de Igrejas se referiu ao ecumenismo como “um dom e um chamado”. Os que desanimam por causa de um inverno ecumênico precisam lembrar disso. A unidade, às vezes, é algo que somos chamados a buscar, mas também é um dom de Deus à sua Igreja. O Espírito Santo nos surpreende. As mudanças que começaram a influenciar a Igreja, desde a década de 1960, não eram expectativa amplamente difundida. Em se tratando de ecumenismo, em vez de desanimar temos que manter nosso empenho no trabalho com cristãos de outras Igrejas, tanto católicos romanos como outras denominações, confiando que o Espírito Santo está em ação para realizar o desejo de Nosso Senhor: que seus seguidores sejam plenamente um. Em João 17, Jesus ora para que seus seguidores sejam um. “Como tu, Pai, estás em mim, e eu em ti. Que eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste.” (João 17,21). Cristo pede que a comunhão da Igreja na terra seja um reflexo da vida da Trindade. Quando essa prece for atendida, a Igreja será verdadeiramente “comunhão na missão”.

Paul Richardson